

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

ATA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REFERENTE AO BIÊNIO 2023-2025

1 No dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e três, na sala de Reuniões Plenárias do Ministério
2 dos Direitos Humanos e da Cidadania, auditório, localizada no Setor Comercial Sul – B, Quadra 09,
3 Lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar – Brasília/DF e link da plataforma
4 virtual Microsoft Teams, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial de
5 Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua,
6 referente ao biênio 2023-2025.

7
8 **Abertura da Reunião.** O Sr. Anderson Lopes Miranda, do Ministério dos Direitos Humanos e da
9 Cidadania – MDH, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Coordenador
10 Geral do CIAMP-Rua, cumprimentou a todos e iniciou os trabalhos fazendo o alinhamento da
11 importância das novas representações de composição na reunião, com a presença do Conselho
12 Nacional de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública da União e outros convidados(as), para
13 fortalecer o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a
14 População em Situação de Rua. Na sequência, explicou que o CIAMP-Rua é um conselho não
15 deliberativo, um comitê que acompanha, monitora e muitas vezes tem o papel importantíssimo de
16 fiscalização das políticas para a população em situação de rua, e por isso, os membros recebem o
17 tratamento de conselheiros(as), pois foram eleitos(as) ou indicados por Ministérios para fortalecer e
18 compor o plenário. O Sr. Anderson Lopes Miranda solicitou que todos se apresentassem. Começou a
19 apresentação, o Sr. Pablo Coutinho Barreto, do Ministério Público Federal, Conselheiro no Conselho
20 Nacional de Justiça – CNJ e da coordenação do Comitê Nacional e Atenção à População em Situação
21 de Rua do Poder Judiciário, em seguida, o Sr. Luiz Gonzaga Alves Jesus, da liderança da Movimento
22 Nacional de Luta pelos Direitos da População em Situação de Rua – MNLDPSR-BA, a Sra. Pamella

23 Cristina de Oliveira da Silva, titular da Organização Pretas Ruas-RJ, a Sra. Carla Ferreira Cardoso,
24 suplente da Organização Pretas Ruas-RJ, a Sra. Veridiana Farias Machado, titular do Fórum Nacional
25 da População de Rua, o Sr. Osvaldo Martins Carvalho Filho, titular da Associação Brasileira de
26 Redução de Danos - ABORDA, o Sr. Edison José Souza Campos, suplente do Movimento Nacional
27 da População de Rua - MNPR-RJ, o Sr. Marcos Antônio da Silva Souza, titular do Movimento
28 Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, a Sra. Laurecci Elias Dias, titular e
29 Coordenadora do Movimento Nacional de Luta pelos Direitos da População em situação de Rua, a
30 Sra. Rúbia Cristina de Jesus Silva, suplente do Movimento Nacional da População de Rua - MNPR-
31 DF, o Sr. Ary Moraes Pereira, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a Sra. Giovana de Melo,
32 Promotora de Justiça do Estado do Ceará, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da
33 Cidadania, Coordenadora do grupo de trabalho, que faz parte da comissão de defesa dos direitos
34 fundamentais, e trata temas da Segurança Alimentar e da População em Situação de Rua no Conselho
35 Nacional do Ministério Público - CNMP, a Sra. Andréia David, Assessora Especial da Comissão de
36 Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP e do GT Pop
37 Rua, a Sra. Ivone Maria Perassa, suplente da Associação Pastoral Nacional do Povo de Rua, o Sr.
38 Nilton Policena, suplente do Movimento Nacional de Luta pelos Direitos da População em Situação
39 de Rua MNLDPSR - Nacional, o Sr. Luciano Márcio Freitas de Oliveira, Coordenador Geral da
40 Média Complexidade da Secretária Nacional de Assistência Social - MDS, a Sra. Luciana Maria
41 Pereira Sousa, suplente do Ministério da Saúde, o Sr. Luiz, do Centro Gaspar Garcia de Direitos
42 Humanos do Fórum Nacional da População de Rua, também da assessoria da Pastoral Nacional do
43 Povo de Rua, a Sra. Sheila Costa Marcolino, suplente do Fórum da Cidade de São Paulo em Defesa
44 da População em Situação de Rua, o Sr. Samuel Rodrigues, titular do Movimento Nacional da
45 População de Rua MNPR-Nacional, a Sra. Maria Sueli Sobral Oliveira, suplente do Movimento
46 Nacional da População de Rua MNPR - Nacional, a Sra. Maralice dos Santos, titular do Movimento
47 Nacional da População de Rua MNPR - RJ, a Sra. Urânia Flôres da Cruz, da Universidade de Brasília
48 e do Programa de Pós Graduação e Política Públicas de Infância e Juventude e Apoiadora do
49 Movimentos da População em Situação de Rua, a Sr. Rosane, da Diretoria do Pop Rua, e Sra. Maria
50 Beatriz Almeida Maia, suplente da Associação Brasileira de Redução de Danos - ABORDA. O

51 Sr. Anderson Lopes Miranda seguiu o rito e informou sobre a aprovação do pedido do comitê, para
52 que a sociedade civil, Ministérios e o Governo, tenham 30 minutos para alinhar as propostas, e caso,
53 tivessem mais propostas, poderiam levar ao plenário. Em seguida, o Sr. Anderson Lopes Miranda,
54 suspendeu os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e
55 Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, CIAMP-Rua, por 30
56 minutos para o alinhamento governamental e da sociedade civil. O Sr. Anderson Lopes Miranda
57 seguiu com os trabalhos do CIAMP-Rua informando que o comitê terá a presença do Ministro de
58 Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania o Sr. Silvio Almeida e discorreu sobre a importância
59 da proximidade dos Ministérios e da sociedade civil nas discussões da pauta para fortalecer o coletivo.
60 O Sr. Marcos Antônio da Silva Souza explanou sobre a necessidade de valer-se da presença do
61 Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, levando as questões da sociedade civil ou
62 dos órgãos de Estados sobre os Centros Pop rua e outras pautas, além da apresentação do plano. Em
63 seguida, o Sr. Anderson Lopes Miranda afirmou que é papel dos conselheiros(as) do CIAMP-Rua
64 programar um calendário em 2024, para prover orçamento, pois não se fala em política sem recurso,
65 para efetivação das ações, e seguiu com a afirmação de um diálogo com Ministro de Estado dos
66 Direitos Humanos e da Cidadania, para que esse possa ouvir o CIAMP-Rua e vice-versa. O Sr.
67 Anderson Lopes Miranda solicitou apresentação dos membros que ainda não haviam se apresentado
68 anteriormente. Iniciou as apresentações a Sra. Joana Darc Bazílio da Cruz, do Movimento Nacional
69 da População de Rua – MNPR - DF, a Sra. Bárbara César Cavalcante, suplente do Ministério do
70 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, a Sra. Fernanda,
71 Defensora Pública do Estado de São Paulo, Coordenadora do núcleo de Direitos Humanos da
72 Defensoria Pública, representando o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-
73 Gerais (CONDEGE), a Sra. Kelseny Medeiros, Assessora da Deputada Federal Erika Hilton –
74 Câmara dos Deputados, o Sr. Kleidsu Beserra, do Movimento Nacional da População de Rua –
75 MNPR-DF, o Sr. Eronides Pereira de Oliveira Neto, Coordenador - Geral de Articulação Geral de
76 Política Públicas da Secretaria Geral da Presidência da República, a Sra. Natércia Wellen Ramos
77 Navegante dos Santos, suplente do Fórum Nacional da População de Rua, a Sra. Luciana Marim
78 Ribas, titular do Fórum da Cidade de São Paulo em Defesa da População em situação de Rua, a Sra.

79 Sidnéia Bueno Mariano, suplente do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua –
80 MNMMR, o Sr. Renan Vinícius Souto Maior de Oliveira, da Defensoria Pública da União.
81 Finalizadas as apresentações, o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Sr. Silvio
82 Almeida, cumprimentou a todos e discursou sobre o momento histórico e que tem sido muito
83 conflituoso todo o processo que estamos vivendo para consolidar uma estratégia nacional em defesa
84 da população em situação de rua. Ponderou que o CIAMP-Rua deve ter um papel crítico, se
85 perguntando quais os limites dos fatos que estão sendo apresentados, mas todos devem ter coragem
86 nesse momento de enfrentamento, pensando no futuro. Todos com o olhar na mesma direção. Ato
87 seguinte, o Sr. Anderson Lopes Miranda com todos os presentes, aprovou a agenda do CIAMP-Rua
88 com o Presidente da República, a ser realizada no dia 11/12/2023. Em seguida, o Sr. Anderson Lopes
89 Miranda passou a palavra para os inscritos, Sr. Samuel Rodrigues, a Sra. Maria Sueli Sobral Oliveira,
90 a Sra. Joana Darc Bazílio da Cruz, a Sra. Ivone Maria Perassa, o Sr. Marcos Antônio da Silva Souza,
91 a Sra. Fernanda, a Sra. Veridiana Farias Machado, o Sr. Ary Moraes Pereira, a Sra. Maralice dos
92 Santos, o Sr. Luiz Gonzaga Alves Jesus, o Sr. Nilton Policena, todos ponderaram sobre a falta de
93 equipes para melhorar o trabalho nas pontas e também sobre a violência ser uma constante nos centros
94 POP rua, com a atuação do crime organizado. Citaram ainda, a situação das mulheres em situação de
95 rua, a repressão das polícias militares dos Estados com a população de rua e que as políticas públicas
96 não chegam a esses necessitados. Além de fortalecer o CIAMP-Rua, principalmente na figura do Sr.
97 Anderson Lopes Miranda, que se esforça juntamente com o comitê, para atender as crianças e
98 adolescentes em situação de rua, e outros pontos, que precisam de enfrentamento. Ato seguinte, o
99 Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Sr. Silvio Almeida, agradeceu a todos,
100 discursou sobre a situação de estrutura e aumento de pessoal para reforçar os trabalhos, problema esse
101 também do Ministério com um todo, e o gabinete está à disposição para ajudar no que for necessário.
102 O Sr. Anderson Lopes Miranda, suspendeu os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária do Comitê
103 Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação
104 de Rua, CIAMP-Rua, por 3 minutos. O Sr. Anderson Lopes Miranda, deu continuidade com a 2ª
105 Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política
106 Nacional para População em Situação de Rua, CIAMP-Rua, e convidou para a apresentar os dados

107 da Secretaria Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Sr. Roberto Pires
108 cumprimentou a todos, e elucidou sobre a dimensão dos dados, sobre a população em situação de rua
109 para construir decisões sobre políticas públicas informadas por evidências, sendo o objetivo
110 disponibilizar indicadores e análises para a população em geral, representantes da sociedade civil e
111 gestores de governos estaduais e municipais, pesquisadores e estudantes. Que nos próximos dias será
112 anunciado o lançamento na plataforma do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDH
113 no Observatório Nacional dos Direitos Humanos os indicadores inéditos sobre grupos
114 vulnerabilizados com base em evidências científicas, disponível para monitoramento e análise de
115 políticas públicas, com uma área dedicada de indicadores sobre pessoas em situação de rua, para
116 qualificar as decisões sobre as políticas públicas. Em seguida, o Sr. Anderson Lopes Miranda,
117 agradeceu a apresentação e citou a importância do CIAMP-Rua, em melhorar os dados, discutir e
118 propor melhorias e passou a palavra ao Sr. Samuel Rodrigues, que ressaltou a necessidade dessas
119 pesquisas a serem aplicadas aos Movimentos para Pessoas em Situação de Rua. Com a palavra o Sr.
120 Marcos Antônio da Silva Souza questionou como podem ser recolhidas as informações das crianças
121 e adolescentes em situação de rua, pois há invisibilidade que não há uma coleta de informações, como
122 por exemplo, os dados dos conselhos tutelares. Em seguida com a palavra a Sra. Ivone Maria Perassa
123 relatou sobre quantos comitês existem no Brasil, com a preocupação maior de quantos realmente
124 funcionam, pois não há dados disponíveis. Outra preocupação sobre os consultórios de rua, quantos
125 existentes, e se realmente estão funcionando. O Sr. Anderson Lopes Miranda, deu continuidade com
126 os inscritos e a Sra. Joana Darc Bazílio da Cruz, iniciou questionando como disponibilizar esses
127 indicadores para a população em situação de rua e discorreu, sobre as mulheres em situação de rua,
128 que são totalmente marginalizadas. Com a palavra a Sra. Bárbara César Cavalcante questionou se há
129 dados sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua, com intenção de obter esses dados para
130 o futuro. Com a palavra a Sra. Urânia Flôres da Cruz discorreu sobre a importância de se obter dados
131 sobre um de violência existente, a violência representacional. Que é a imagem social que as polícias
132 inventam sobre a população em situação de rua e que a mídia reproduz. Imagem essa violenta que
133 não mostra a verdade sobre as pessoas em situação de rua. Com a palavra Sr. Luiz Gonzaga Alves
134 Jesus, questionou como obter os dados sobre os assassinatos da população em situação de rua, e que

essas pesquisas devem ter a participação dos movimentos. Com a palavra a Sra. Luciana Marim Ribas, questionou os dados dos consultórios de rua se estão sendo considerados os dados de equipes que estão credenciadas ou as que encontram homologadas e pagas e sugeriu de colocar essas informações nos dados já existentes para não que tenha confusão na interpretação. Se for possível evidenciar as informações de atendimento e cadastro das crianças e adolescentes em situação de rua. A Sra. Rúbia Cristina de Jesus Silva, comentou sobre a população em situação de rua, que ficam presas e não conseguem sair por não haver endereço fixo. A situação de presos que saem e não tem onde carregar suas tornozeleiras eletrônicas, pois se encontram em situação de rua. O Sr. Roberto Pires agradeceu a todos pelos comentários e questionamentos e ressaltou que os dados apresentados são dados já existentes, e que estão tentando reunir, mais informações em torno da temática da população em situação de rua em um único local, para que sejam acessíveis. Assumiu o compromisso que já no início do próximo ano ter uma seção indicada para as crianças e adolescentes em situação de rua na plataforma do Observatório Nacional dos Direitos Humanos. Respondeu sobre os dados dos comitês, questionado anteriormente, sobre suas existências, se realmente funcionam que tem se reunido com frequência no último ano, como forma de verificar se o comitê está ativo ou inativo. Sobre o questionamento da evolução dos equipamentos, que no Observatório Nacional dos Direitos Humanos, estão realizando a proporção/razão dos equipamentos por pessoas em situação de rua, para identificar os Estados que estão sobrecarregados, centros POP que atende além do que está previsto nas normativas, e em breve esses dados estarão disponíveis na plataforma. Ainda sobre os questionamentos relativos a criminalização das mães em situação de rua e outras situações deste tipo por parte dos trabalhadores que atuam no atendimento, lembrou aos presentes que no final de setembro foi lançado o GUIA INCLUA Pop rua ferramenta de avaliação de risco de reprodução de desigualdade e desatenção, de tratamento inadequado nos serviços públicos que ajuda os trabalhadores a refletir como as suas práticas estão levando há um reforço dessas exclusões. Assumiu compromisso a curto prazo sobre a disponibilidade dos dados de mortalidade e reforçou a atuação do CIAMP-Rua em melhorar as articulações em torno dos dados juntamente com os outros órgãos presentes no comitê. O Sr. Anderson Lopes Miranda, deu continuidade nos trabalhos e passou a palavra a Sra. Luana, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à

163 Fome – MDS, explanou sobre a Política Nacional de Cuidados, em construção no âmbito do Governo
164 Federal. Entende-se como cuidado o trabalho que é realizado no cotidiano, cuidar de quem é criança,
165 de quem tem algum tipo de deficiência, de adolescentes e idosos, em trabalhos que são sobretudo
166 associados a atividades domésticas, é algo normalmente atribuído ao espaço privado, embora seja
167 essencial a um grande contingente de pessoas. E se esse conceito, funciona com as pessoas em
168 situação de rua. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
169 – MDS, criou um grupo de trabalho que reúne, ministérios e instituições com o objetivo de criar uma
170 política e um plano nacional de cuidados que será lançado em maio do próximo ano. Muito importante
171 ouvir as representações e os movimentos sociais para deliberar se a política alcança a população em
172 situação de rua para garantir a universalidade desse direito. Com a palavra a Sra. Tatiane, do
173 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS discursou
174 sobre a importância de ouvir o CIAMP-Rua para entender a realidade da população da em situação
175 de rua. Perguntou sobre que política e serviços de cuidado, as pessoas em situação de rua acessam,
176 como acessam, não acessam, quais são as questões e os problemas. Na sequência, o Sr. Samuel
177 Rodrigues esclareceu ainda não acessar sobre o tema da política de cuidados, mas que devemos sim,
178 pensar de forma estratégica trazendo o debate para o CIAMP-Rua e para os centros Pop rua para
179 ampliar a participação social do segmento da população em situação de rua. A Sra. Maria Sueli Sobral
180 Oliveira questionou como será o fluxo de atendimento, com a política de cuidados se irão chegar para
181 as mulheres que estão em situação de rua, para as mulheres que estão nas unidades de acolhimento,
182 para as mulheres que tiveram seus filhos retirados pelo Estado e em outras situações. Entende que
183 tem dificuldades para deliberar a pauta com o pouco tempo disponível e solicitou marcar novas rodas
184 de conversa para discutir o tema. A Sra. Maralice dos Santos comentou, como será esse tipo de
185 cuidado para as mulheres em situação de rua que não tem moradia e entende, que é muito difícil esse
186 conceito de cuidado, para essa população. Com a palavra a Sra. Liziane Marques, Colaboradora da
187 Secretaria Nacional de Cuidados e Família – SNCF, mencionou que tem uma agenda para olhar as
188 especificidades da política de cuidado e que todos tem acesso a consulta pública no site do Ministério
189 do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, para entendimento do
190 marco conceitual e acesso também a um questionário a ser respondido para entender como a

191 população de rua pode ser enxergada. A Sra. Carla Ferreira Cardoso trouxe uma reflexão sobre a
192 interseccionalidade, que são marcadores sociais e as formas de opressões que estrutura há
193 desigualdade social e racial e propôs colocar essa pauta na comissão permanente de mulheres gênero
194 e raça, para discutir a complexidade do tema. A Sra. Maria Beatriz Almeida Maia pontuou na
195 preocupação de colocar a mulher sempre na relação de cuidado. Com a palavra o Sr. Daniel, da
196 coordenação do Movimento da População de Rua, que racionalizou não adiantar política de cuidado,
197 para pessoas em situação de rua para as mulheres passam pela situação de pobreza menstrual, não
198 tendo o direito de um espaço para realizar sua higiene pessoal, é violentada pelos companheiros na
199 rua, é violentada pelas polícias militares, é violentada pela sociedade civil, como discutir essa pauta
200 se a mulher não tem o básico. A Sra. Rúbia Cristina de Jesus Silva discursou sobre as mulheres em
201 situação de rua, que não conseguem realizar o pré-natal recomendado para todas as gestantes,
202 mulheres que têm seus bebês retirados nas maternidades. Com a palavra a Sra. Sheila Costa Marcolino
203 mencionou se há possibilidade de um encontro virtual para deliberação e trazer contribuições, que
204 caberiam no propósito dessa discussão sobre a política de cuidados. A Sra. Laurecci Elias Dias citou
205 que foi contemplada nos discursos dos colegas sobre as mulheres em situação de rua, que não
206 conseguem atendimento para realizar o pré-natal, por não ter o endereço fixo. Na sequência o Sr.
207 Anderson Lopes Miranda, solicitou o encaminhamento de reunião online, na comissão permanente
208 da mulher com a Secretaria Nacional de Cuidados e Família – SNCF. A Sra. Tatiane agradeceu a
209 todos presentes, em seguida a Sra. Caroline do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
210 Família e Combate à Fome – MDS, agradeceu e mencionou que realmente existe muito diálogo ainda
211 sobre a pauta. Que a ideia é sistematizar todos os pontos e levar para o grupo de trabalho
212 interministerial. Concordou com a solicitação de reunião virtual. E sugeriu aos presentes que todos
213 deliberem o marco conceitual da política de cuidados, dentro de uma reunião com o CIAMP-Rua.
214 Em seguida, o Sr. Anderson Lopes Miranda, suspendeu os trabalhos por 10 minutos. O Sr. Anderson
215 Lopes Miranda, retomou os trabalhos fazendo ponderações sobre a dificuldade do processo e de sua
216 importância para as pessoas em situação de rua, também sobre a necessidade de retomada do CIAMP-
217 Rua. Esclareceu que o CIAMP-Rua, não cria o plano, e sim, o propõe, e delibera ações conjuntas.
218 Citou o Decreto nº 7053, que fala da adesão dos estados e municípios à Política Nacional. Ponderou

219 que a discussão do CIAMP não terminaria nesse momento, que seria feito um calendário para
220 monitoramento e acompanhamento do Plano. Em seguida, convidou o Sr. Francisco, Coordenador -
221 Geral da Política, para compor a mesa. O Sr. Francisco convidou os presentes a fazerem uma reflexão
222 sobre a forma de conduzir a discussão. Explanou sobre sua percepção ao longo das reuniões dos
223 Grupos de Trabalho, tendo percebido que os integrantes dos GT's entendiam que as discussões não
224 teriam sido suficientes para apresentar uma proposta acabada para o plano, sendo necessário o
225 aprofundamento dos debates para que chegassem a uma construção mais amadurecida, para que a
226 proposta do CIAMP-Rua fosse para o plano com mais qualidade. O Sr. Francisco abriu a palavra para
227 que o coletivo apresentasse sugestões sobre a melhor forma de dar continuidade aos trabalhos. Após
228 as colocações dos Conselheiros, o Sr. Anderson Lopes Miranda retomou a fala, propondo a retomada
229 dos GT's com a participação dos Ministérios para elaborar um documento do CIAMP-Rua a ser
230 encaminhado ao STF. Pediu assessoramento ao DPU, DPE, Conselho Nacional do Ministério
231 Público, CNJ para a elaboração do referido documento. Ficou acordado que as reuniões seriam
232 presenciais e que, quando possível, seria convidado especialistas para explanar e trazer melhorias da
233 política. Quanto às etapas seguintes, ficou acordado que no dia onze de dezembro, no encontro com
234 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva seria entregue a manifestação do CIAMP-Rua para o Plano do
235 Governo e comunicado que um documento mais detalhado seria entregue ao STF no mês de janeiro
236 de 2024. Em seguida, o Sr. Anderson Lopes Miranda ponderou sobre o seminário que ocorreu em
237 Foz do Iguaçu, no qual participaram cinco representantes do CIAMP-Rua. Informou que nesse
238 seminário foi elaborado um documento e questionou se todos concordavam com a sua assinatura, não
239 havendo objeção. Relatou que esse documento seria apresentado no Seminário Internacional, que
240 aconteceria no dia seguinte e solicitou que todos comparecessem. **Encerramento:** O Sr. Anderson
241 Lopes Miranda agradeceu a presença de todos(as) e declarou encerrada a reunião.